

ATA NÚMERO 43/XIII/ 1.ª SL

Aos 4 dias do mês de maio de 2016, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na Sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação das atas n.ºs 39, 40, 41 e 42.
2. Apreciação e votação do parecer relativo ao Projeto de Lei n.º 76/XIII/1.ª (BE) - Altera o Código do Imposto sobre Veículos, isentando de I.S.V. os veículos de 9 lugares destinado ao transporte de cadeira de rodas (alteração ao Código do ISV, aprovado pela Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho).
Relator: Nuno Serra (PSD).
3. Apreciação e votação do parecer relativo à Proposta de Lei n.º 16/XIII/1.ª (ALRAA) - Regime da responsabilidade financeira do Estado na prestação de cuidados de saúde aos utentes do serviço regional de saúde da Região Autónoma dos Açores, pelo serviço nacional de saúde e consagração do princípio da reciprocidade.
Relator: Domingos Pereira (PS).
4. Designação de autor para o parecer relativo ao Projeto de Lei n.º 179/XIII/1.ª (BE) - Altera a Lei-Quadro das Entidades Reguladoras, aprovada pela Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto e altera o Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março. (Cabe ao GP PSD).
5. Apreciação e votação do relatório sobre a Petição n.º 3/XIII/1.ª – “Inscrição de devedores na central de risco junto do Banco de Portugal”.
Relator: Tiago Barbosa Ribeiro (PS).
6. Distribuição de iniciativas europeias.
7. Apreciação de propostas de retificação à Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.
8. Outros assuntos.

1. Aprovação das atas n.ºs 39, 40, 41 e 42.

As atas foram aprovadas por unanimidade.

2. Apreciação e votação do parecer relativo ao Projeto de Lei n.º 76/XIII/1.ª (BE) - Altera o Código do Imposto sobre Veículos, isentando de I.S.V. os veículos de 9 lugares destinado ao transporte de cadeira de rodas (alteração ao Código do ISV, aprovado pela Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho).

Relator: Nuno Serra (PSD).

O Senhor Deputado Nuno Serra (PSD) apresentou o parecer, o qual foi aprovado por unanimidade.

3. Apreciação e votação do parecer relativo à Proposta de Lei n.º 16/XIII/1.ª (ALRAA) - Regime da responsabilidade financeira do Estado na prestação de cuidados de saúde aos utentes do serviço regional de saúde da Região Autónoma dos Açores, pelo serviço nacional de saúde e consagração do princípio da reciprocidade.

Relator: Domingos Pereira (PS).

O Senhor Deputado Domingos Pereira (PS) apresentou o parecer. Os Senhores Deputados António Ventura (PSD) e Rubina Berardo (PSD) intervieram saudando o autor do parecer e lembrando que a solução preconizada na iniciativa está já prevista na Lei que aprova o Orçamento do Estado para 2016.

A Senhora Presidente esclareceu então o previamente sucedido com o pedido de processo de urgência.

O Senhor Deputado Domingos Pereira (PS) acrescentou que se pretende que as normas tenham um carácter definitivo e não anual.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) notou que esta é apenas uma apreciação do parecer e que questões mais substanciais poderão ser discutidas num eventual processo de especialidade.

O Senhor Deputado Paulino Ascensão (BE) sublinhou que a iniciativa faz sentido se as normas constantes da Lei que aprovou o OE para 2016 forem anuais, tendo a Senhora Presidente explicitado que a anualidade é uma característica das normas orçamentais.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) acompanhou algumas das questões levantadas, mas realçou que essa discussão dever-se-á efetuar em Plenário, mediante a comparação da iniciativa com o constante da Lei que aprova o OE para 2016.

O Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS) subscreveu esta opinião e notou que tem preparada uma declaração de voto sobre a matéria.

4. Designação de autor para o parecer relativo ao Projeto de Lei n.º 179/XIII/1.ª (BE) - Altera a Lei-Quadro das Entidades Reguladoras, aprovada pela Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto e altera o Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março. (Cabe ao GP PSD).

O PSD indicou como autora do parecer a Senhora Deputada Margarida Mano.

5. Apreciação e votação do relatório sobre a Petição n.º 3/XIII/1.ª - “Inscrição de devedores na central de risco junto do Banco de Portugal”.

Relator: Tiago Barbosa Ribeiro (PS).

O Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) apresentou o relatório em causa, o qual foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD), saudando o relator, acrescentou que os Grupos Parlamentares deveriam refletir sobre potenciais propostas legislativas, eventualmente consensuais, para equilibrar a situação descrita pela peticionária.

6. Distribuição de iniciativas europeias.

O CDS-PP indicou a Senhora Deputada Cecília Meireles como relatora à iniciativa europeia “Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 2013/34/UE no que respeita à divulgação de informações relativas ao imposto sobre o rendimento por determinadas empresas e sucursais [COM(2016)198] + SWD(2016)117 e SWD(2016)118”.

7. Apreciação de propostas de retificação à Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.

Este ponto foi adiado para a próxima reunião.

8. Outros Assuntos.

A Senhora Presidente fez o ponto da situação relativamente às audições relacionada com o Banco Efisa, informando a COFMA de que o Governo tinha referido que o relatório da UTAM pode ser consultado mas não remetido ao ex-Ministro Miguel Relvas, como este solicitou. Colocou a questão à COFMA

O Senhor Deputado João Galamba (PS) declarou que, caso não haja impedimento legal, o relatório deverá ser distribuído, não sem que antes se pergunte ao Ministro das Finanças o porquê da objeção. Acrescentou o Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS) que essa distribuição, caso se efetue, deverá ocorrer em papel.



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

A Senhora Deputada Inês Domingos sugeriu dar um prazo para essa resposta.

A Senhora Presidente notou que há uma cultura de fechar o acesso aos documentos na posse da administração pública, lembrando que o princípio da administração aberta é a regra. Aditou que irá solicitar uma justificação para a objeção colocada, pedido também apresentado pelo Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS).

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) manifestou concordância com a posição da Senhora Presidente, propondo que a questão só volte à COFMA caso continue a haver objeção à disponibilização do relatório. Mudando de assunto, perguntou sobre o calendário de audições, tendo a Senhora Presidente feito o ponto da situação.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) perguntou pela publicação relativa à Conferência sobre a dívida pública ocorrida em dezembro de 2014, tendo a Senhora Presidente referido que se encontravam a ser transcritas algumas intervenções dos oradores que não entregaram textos escritos.

A reunião foi encerrada às 11:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 4 de maio de 2016

A PRESIDENTE

(Teresa Leal Coelho)

Reunião de 4 de maio de 2016

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Ventura
Carlos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Fernando Anastácio
Inês Domingos
João Galamba
Margarida Balseiro Lopes
Paulino Ascensão
Paulo Sá
Paulo Trigo Pereira
Ricardo Leão
Rubina Berardo
Teresa Leal Coelho
Domingos Pereira
Jorge Paulo Oliveira
Nuno Serra
Santinho Pacheco

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Leitão Amaro
Eurico Brilhante Dias
Ivan Gonçalves
João Paulo Correia
João Pinho de Almeida
Mariana Mortágua

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos
Hortense Martins